



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2023

V - QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVA LEGISLAÇÃO

RECEITA	LEGISLAÇÃO
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	Lei Federal – Lei 567/2015 de 21/05/2015.
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Imposto Sobre Serviços - ISS	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Funcionamento de Estabelecimento Comercial, Industrial e Prestação de Serviços	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Publicidade Comercial	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Licença para Execução de Obras	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Alvará de Vendedor Ambulante	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Serviços de Cemitério	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Taxa de Limpeza Pública	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Aluguéis	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Rendimentos de Aplicação Financeira	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	Constituição Federal, Art. 159, I, b de 05/10/1988
Cota Parte do Imposto Territorial Rural – ITR	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Royalties – Fundo Especial	Lei Federal nº 7.525, art.6º, 1986
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	Lei Federal 10.336/2001 de 19/12/2001
Programa de Atenção Básica da Saúde – PAB Fixo	Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS-SUS nº 01/02

Programa Saúde da Família – PSF	Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS-SUS nº 01/02
Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS	Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS-SUS nº 01/02
Programa Saúde Bucal – PSB	Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS-SUS nº 01/02
Teto Financeiro de vigilância em Saúde – TFVS	Portaria GM 172/2004 – Portaria SVS 16/2005
Bloco de Vigilância em Saúde – BLVGS	Portaria nº 204/GM 2007
Piso Básico de Transição – Trabalho com Famílias	Portaria MDS nº 442 2005
Piso Básico Fixo – CRAS	Portaria MDS nº 442 2005
Piso Básico Variável - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Portaria MDS N° 442 2005
Índice de Gestão Descentralizada – PBF (IGD- PBF) Bolsa Família	Lei Federal 12.058/2009 de 13/10/2009
Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD – SUAS)	Lei Federal 12.435/2011 de 06/07/2011
Salário Educação	Lei Federal 10.832/2003 de 29/12/2003
Programa Nacional de Alimentação Escolar - Merenda Escolar	Lei Federal 11.947/2009 de 16/06/2009
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	Lei Federal 11.947/2009 de 16/06/2009
Programa Nacional do Transporte Escolar – Federal	Lei Federal 10.880/2004 de 09/06/2001
Desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS Desoneração	Lei Complementar 87/96 de 13/09/1996
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS	C.F. Art.158 inciso III e IV e art.159 Inciso II e §3º de 05/10/1988
Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	C.F. Art.158 inciso III e IV e art.159 Inciso II e §3º de 05/10/1988
Fundo de Exportação	Lei Federal 12.409/2011 de 25/05/2011
Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico -CIDE	Lei Federal 10.336/2001 comb. 10.866/2004
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB	E.C. 53/2006 Reg. Decreto Fedral 6.253/2007
Multa e Juros de Mora dos Tributos	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Receita da Dívida Ativa Tributária	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.
Convênios com Órgãos Estaduais e Federais	Código Tributário Municipal – Lei 001/2002 de 31/12/2002.

Fonte: **Secretária Municipal de Admin, Planejamento e Fazenda – Setor Contábil, 10/11/2022.**

Boa Vista do Cadeado, 10 de novembro de 2022.

João Paulo Beltrão dos Santos
Prefeito Municipal

Maria Alice da Costa Beber Goi
Sec. Munic. Adm., Plan., e Fazenda

Fabio da Silva Weischung
Técnico Contábil/ CRC-RS 076956-7